



C0052997A

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 34, DE 2015

(Do Sr. Sergio Vidigal e outros)

Acrescenta a alínea "a" ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, vedando a concessão de sigilo de justiça nas ações judiciais que versarem sobre lesões contra o patrimônio público de natureza cível ou criminal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-68/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IX do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea a:

"Art. 93.....
.....

IX -
.....

a) É vedada a concessão de sigilo de justiça nas ações judiciais que versarem sobre lesões contra o patrimônio público de natureza cível ou criminal.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal é clara quando determina total transparência nos processos e decisões judiciais no país. A publicidade dos atos processuais é mais do que uma regra, é uma garantia importante para o cidadão, na medida em que permite o controle dos atos judiciais por qualquer indivíduo integrante da sociedade. Mas faz uma ressalva no inciso IX do art. 93, quando permite sigilo em ações que por ventura possam violar a intimidade das pessoas ou quando há interesse público no segredo de justiça.

A Operação Lava-Jato, que está investigando um enorme esquema de corrupção na Petrobras, colocou à tona o debate sobre o segredo de Justiça, já que os advogados dos supostos envolvidos alegam vazamento de informações mesmo com os processos correndo em segredo de justiça. Acrescentam ainda que o processo todo corre o risco de ser anulado por conta desses vazamentos, reconhecidos pela Justiça Federal do Paraná, que inclusive solicitou a instauração de inquérito para apurar responsabilidades.

A nosso ver não pode existir segredo de justiça em processos envolvendo desvio de recursos públicos. O que vemos hoje é que o uso do segredo de justiça serve apenas para incentivar o vazamento de informações de inquéritos e processos. Isso vai de acordo com interesses de grupos alinhados a diversos partidos. Isso nada tem haver com a vontade de tornar pública a verdade, tratando apenas de manipulação dos fatos que são convenientes.

Com a ausência do segredo de justiça seria possível facilitar os trabalhos de investigação. E, desta forma, acusar judicialmente políticos com cargos eletivos, servidores efetivos ou comissionados, militares e funcionários de estatais.

Especialmente nos casos de desvio do dinheiro público, a sociedade tem o direito de ter à sua disposição todos os elementos para que possa acompanhar o processo até o final. A ampla divulgação de todos os fatos por parte de órgãos públicos idôneos como Polícia Federal e Ministério Público serviria de base para informação da população.

A Publicidade dada aos atos judiciais tem o condão de garantir aos cidadãos a correta aplicação da justiça visando tornar transparentes os atos processuais praticados pelo magistrado durante a persecução civil ou penal.

Em alguns casos, como na Operação Mãos Limpas, deflagrada pela Polícia Federal tempos atrás, o Ministério Público Federal derrubou o segredo sobre o processo, argumentando ainda que com a Lei da Ficha Limpa deixa completamente desnecessário o segredo de justiça em casos de interesse público coletivo.

Outro exemplo importante onde o Ministério Público Federal extinguiu o segredo de justiça foi na ação que investiga os responsáveis pela morte do cacique Nízio Gomes e a tentativa de expulsão de indígenas guarani-kaiowás de um acampamento entre os municípios de Ponta Porã e Aral Moreira em 2011. Ao todo, 19 pessoas respondem na Justiça por crimes como homicídio qualificado, lesão corporal, ocultação de cadáver, porte ilegal de arma de fogo e corrupção de testemunha.

Alguns magistrados em decisões recentes já entendem que a censura, por incompatível com o sistema democrático, foi banida do ordenamento jurídico brasileiro. Sendo assim, o peso da censura na nossa sociedade atual se torna absolutamente intolerável.

É importante ressaltar que nos dias atuais, com a internet, aplicativos e redes sociais, é praticamente impossível manter segredo sobre processos que chamam a atenção da imprensa e opinião pública. Uma vez que estamos todos conectados, a divulgação de depoimentos, vídeos e fotos acontecem de forma viralizada.

Isso ficou claramente evidenciado na operação Lava-Jato, com a divulgação na íntegra pela imprensa de depoimentos e decisões que estavam resguardadas pelo sigilo judicial. Neste caso percebemos que o segredo de justiça não é suficiente para impedir a divulgação de informações confidenciais.

E esses vazamentos, na verdade, vão sempre servir para a defesa dos acusados tentar anular os processos e provas ou, no futuro, trabalhar na redução

das penas dos seus clientes. Muitos advogados afirmam ser prejudicados com os vazamentos, principalmente por não poderem repassar suas versões dos fatos à imprensa. Desta forma, verificamos, então que o segredo de Justiça é uma arma poderosa, em alguns casos, para a busca de impunidade.

Portanto, é hora de realizarmos esse debate no Congresso Nacional para aperfeiçoarmos ainda mais os mecanismos de combate à corrupção no Brasil. Isso só será possível com a quebra do segredo de justiça e a ampla divulgação dos fatos em casos de lesões ao patrimônio público.

Essas são as razões pelas quais pedimos o apoio dos ilustres pares para aprovação da presente proposta de emenda à Constituição que, se aprovada certamente irá de encontro do anseio dos brasileiros.

Sala das sessões, em 06 de maio de 2015.

Deputado Federal Sérgio Vidigal

PDT/ES



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Análise de Proposições - SERAP

(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Conferência de Assinaturas
(Ordem alfabética)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0034/2015

Autor da Proposição: SERGIO VIDIGAL E OUTROS

Data de Apresentação: 06/05/2015

Ementa: Acrescenta a alínea "a" ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, vedando a concessão de sigilo de justiça nas ações judiciais que versarem sobre lesões contra o patrimônio público de natureza cível ou criminal

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

| | |
|-------------------|-----|
| Confirmadas | 194 |
| Não Conferem | 000 |
| Fora do Exercício | 000 |
| Repetidas | 049 |
| Ilegíveis | 000 |
| Retiradas | 000 |
| Total | 243 |

Confirmadas

| | | | |
|----|-------------------|-------|----|
| 1 | ADAIL CARNEIRO | PHS | CE |
| 2 | ADELSON BARRETO | PTB | SE |
| 3 | ADEMIR CAMILO | PROS | MG |
| 4 | AELTON FREITAS | PR | MG |
| 5 | AFONSO MOTTA | PDT | RS |
| 6 | AGUINALDO RIBEIRO | PP | PB |
| 7 | ALBERTO FRAGA | DEM | DF |
| 8 | ALEX CANZIANI | PTB | PR |
| 9 | ALEXANDRE LEITE | DEM | SP |
| 10 | ALFREDO KAEFER | PSDB | PR |
| 11 | ALIEL MACHADO | PCdoB | PR |
| 12 | ALTINEU CÔRTEZ | PR | RJ |
| 13 | ANDRÉ ABDON | PRB | AP |
| 14 | ANDRE MOURA | PSC | SE |
| 15 | ANTONIO BULHÕES | PRB | SP |
| 16 | ANTÔNIO JÁCOME | PMN | RN |
| 17 | ARNALDO JORDY | PPS | PA |
| 18 | ASSIS DO COUTO | PT | PR |
| 19 | ÁTILA LINS | PSD | AM |
| 20 | ÁTILA LIRA | PSB | PI |
| 21 | AUGUSTO CARVALHO | SD | DF |
| 22 | AUGUSTO COUTINHO | SD | PE |

| | | | |
|----|-----------------------|-------|----|
| 23 | AUREO | SD | RJ |
| 24 | BACELAR | PTN | BA |
| 25 | BENJAMIN MARANHÃO | SD | PB |
| 26 | BETO FARO | PT | PA |
| 27 | BETO ROSADO | PP | RN |
| 28 | BONIFÁCIO DE ANDRADA | PSDB | MG |
| 29 | BRUNNY | PTC | MG |
| 30 | BRUNO COVAS | PSDB | SP |
| 31 | CABUÇU BORGES | PMDB | AP |
| 32 | CACÁ LEÃO | PP | BA |
| 33 | CAPITÃO AUGUSTO | PR | SP |
| 34 | CELSO JACOB | PMDB | RJ |
| 35 | CELSO MALDANER | PMDB | SC |
| 36 | CHICO D'ANGELO | PT | RJ |
| 37 | CLEBER VERDE | PRB | MA |
| 38 | CONCEIÇÃO SAMPAIO | PP | AM |
| 39 | COVATTI FILHO | PP | RS |
| 40 | DAGOBERTO | PDT | MS |
| 41 | DAMIÃO FELICIANO | PDT | PB |
| 42 | DANIEL ALMEIDA | PCdoB | BA |
| 43 | DANILO FORTE | PMDB | CE |
| 44 | DARCÍSIO PERONDI | PMDB | RS |
| 45 | DELEGADO ÉDER MAURO | PSD | PA |
| 46 | DELEGADO WALDIR | PSDB | GO |
| 47 | DIEGO GARCIA | PHS | PR |
| 48 | DR. JOÃO | PR | RJ |
| 49 | DR. JORGE SILVA | PROS | ES |
| 50 | EDINHO BEZ | PMDB | SC |
| 51 | EDMILSON RODRIGUES | PSOL | PA |
| 52 | EDUARDO BOLSONARO | PSC | SP |
| 53 | EDUARDO CURY | PSDB | SP |
| 54 | EDUARDO DA FONTE | PP | PE |
| 55 | EFRAIM FILHO | DEM | PB |
| 56 | ELI CORRÊA FILHO | DEM | SP |
| 57 | ELIZEU DIONIZIO | SD | MS |
| 58 | ELIZIANE GAMA | PPS | MA |
| 59 | ERIVELTON SANTANA | PSC | BA |
| 60 | EVANDRO GUSSI | PV | SP |
| 61 | EVANDRO ROGERIO ROMAN | PSD | PR |
| 62 | EXPEDITO NETTO | SD | RO |
| 63 | FÁBIO FARIA | PSD | RN |
| 64 | FÁBIO SOUSA | PSDB | GO |
| 65 | FAUSTO PINATO | PRB | SP |
| 66 | FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR | PDT | BA |
| 67 | FERNANDO JORDÃO | PMDB | RJ |
| 68 | FRANCISCO FLORIANO | PR | RJ |
| 69 | GABRIEL GUIMARÃES | PT | MG |
| 70 | GENECIAS NORONHA | SD | CE |
| 71 | GEOVANIA DE SÁ | PSDB | SC |

| | | | |
|-----|---------------------|-------|----|
| 72 | GILBERTO NASCIMENTO | PSC | SP |
| 73 | GIOVANI CHERINI | PDT | RS |
| 74 | GIVALDO CARIMBÃO | PROS | AL |
| 75 | GIVALDO VIEIRA | PT | ES |
| 76 | GONZAGA PATRIOTA | PSB | PE |
| 77 | GUILHERME MUSSI | PP | SP |
| 78 | HEITOR SCHUCH | PSB | RS |
| 79 | IRACEMA PORTELLA | PP | PI |
| 80 | IRMÃO LAZARO | PSC | BA |
| 81 | JAIME MARTINS | PSD | MG |
| 82 | JAIR BOLSONARO | PP | RJ |
| 83 | JERÔNIMO GOERGEN | PP | RS |
| 84 | JÉSSICA SALES | PMDB | AC |
| 85 | JHC | SD | AL |
| 86 | JOÃO CAMPOS | PSDB | GO |
| 87 | JORGINHO MELLO | PR | SC |
| 88 | JOSÉ FOGAÇA | PMDB | RS |
| 89 | JOSÉ OTÁVIO GERMANO | PP | RS |
| 90 | JOSE STÉDILE | PSB | RS |
| 91 | JOSUÉ BENGTSON | PTB | PA |
| 92 | JOZI ROCHA | PTB | AP |
| 93 | JÚLIA MARINHO | PSC | PA |
| 94 | JÚLIO CESAR | PSD | PI |
| 95 | JÚLIO DELGADO | PSB | MG |
| 96 | JUNIOR MARRECA | PEN | MA |
| 97 | KAIO MANIÇOBA | PHS | PE |
| 98 | KEIKO OTA | PSB | SP |
| 99 | LÁZARO BOTELHO | PP | TO |
| 100 | LEONARDO PICCIANI | PMDB | RJ |
| 101 | LEONARDO QUINTÃO | PMDB | MG |
| 102 | LEOPOLDO MEYER | PSB | PR |
| 103 | LINCOLN PORTELA | PR | MG |
| 104 | LINDOMAR GARÇON | PMDB | RO |
| 105 | LUCIANA SANTOS | PCdoB | PE |
| 106 | LUCIANO DUCCI | PSB | PR |
| 107 | LUCIO VIEIRA LIMA | PMDB | BA |
| 108 | LUIZ CARLOS BUSATO | PTB | RS |
| 109 | LUIZ CARLOS RAMOS | PSDC | RJ |
| 110 | LUIZIANNE LINS | PT | CE |
| 111 | MAJOR OLIMPIO | PDT | SP |
| 112 | MANOEL JUNIOR | PMDB | PB |
| 113 | MARCELO BELINATI | PP | PR |
| 114 | MARCELO CASTRO | PMDB | PI |
| 115 | MARCELO MATOS | PDT | RJ |
| 116 | MÁRCIO MARINHO | PRB | BA |
| 117 | MARCO MAIA | PT | RS |
| 118 | MARCO TEBALDI | PSDB | SC |
| 119 | MARCON | PT | RS |
| 120 | MARCOS REATEGUI | PSC | AP |

| | | | |
|-----|--------------------------|-------|----|
| 121 | MARCOS ROGÉRIO | PDT | RO |
| 122 | MARCOS ROTTA | PMDB | AM |
| 123 | MARCUS PESTANA | PSDB | MG |
| 124 | MÁRIO HERINGER | PDT | MG |
| 125 | MÁRIO NEGROMONTE JR. | PP | BA |
| 126 | MARQUINHO MENDES | PMDB | RJ |
| 127 | MAURO MARIANI | PMDB | SC |
| 128 | MAURO PEREIRA | PMDB | RS |
| 129 | MILTON MONTI | PR | SP |
| 130 | MISAEEL VARELLA | DEM | MG |
| 131 | NELSON MARCHEZAN JUNIOR | PSDB | RS |
| 132 | NELSON MEURER | PP | PR |
| 133 | NILTO TATTO | PT | SP |
| 134 | NILTON CAPIXABA | PTB | RO |
| 135 | ODELMO LEÃO | PP | MG |
| 136 | OSMAR BERTOLDI | DEM | PR |
| 137 | OSMAR SERRAGLIO | PMDB | PR |
| 138 | OTAVIO LEITE | PSDB | RJ |
| 139 | PAES LANDIM | PTB | PI |
| 140 | PASTOR FRANKLIN | PTdoB | MG |
| 141 | PAUDERNEY AVELINO | DEM | AM |
| 142 | PAULO FEIJÓ | PR | RJ |
| 143 | PAULO FOLETTO | PSB | ES |
| 144 | PAULO FREIRE | PR | SP |
| 145 | PAULO PEREIRA DA SILVA | SD | SP |
| 146 | PEDRO CHAVES | PMDB | GO |
| 147 | PROFESSOR VICTÓRIO GALLI | PSC | MT |
| 148 | RAQUEL MUNIZ | PSC | MG |
| 149 | RAUL JUNGSMANN | PPS | PE |
| 150 | REGINALDO LOPES | PT | MG |
| 151 | RICARDO IZAR | PSD | SP |
| 152 | RICARDO TEOBALDO | PTB | PE |
| 153 | ROBERTO SALES | PRB | RJ |
| 154 | RODRIGO DE CASTRO | PSDB | MG |
| 155 | RODRIGO MAIA | DEM | RJ |
| 156 | ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA | PMDB | SC |
| 157 | ROGÉRIO ROSSO | PSD | DF |
| 158 | RÔMULO GOUVEIA | PSD | PB |
| 159 | RONALDO FONSECA | PROS | DF |
| 160 | RONALDO NOGUEIRA | PTB | RS |
| 161 | RUBENS BUENO | PPS | PR |
| 162 | RUBENS OTONI | PT | GO |
| 163 | RUBENS PEREIRA JÚNIOR | PCdoB | MA |
| 164 | SANDES JÚNIOR | PP | GO |
| 165 | SANDRO ALEX | PPS | PR |
| 166 | SARNEY FILHO | PV | MA |
| 167 | SÉRGIO MORAES | PTB | RS |
| 168 | SERGIO SOUZA | PMDB | PR |
| 169 | SERGIO VIDIGAL | PDT | ES |

| | | | |
|-----|-------------------------|------|----|
| 170 | SILAS BRASILEIRO | PMDB | MG |
| 171 | SILAS CÂMARA | PSD | AM |
| 172 | SILAS FREIRE | PR | PI |
| 173 | SÓSTENES CAVALCANTE | PSD | RJ |
| 174 | STEFANO AGUIAR | PSB | MG |
| 175 | SUBTENENTE GONZAGA | PDT | MG |
| 176 | TONINHO WANDSCHEER | PT | PR |
| 177 | VALMIR ASSUNÇÃO | PT | BA |
| 178 | VANDERLEI MACRIS | PSDB | SP |
| 179 | VENEZIANO VITAL DO RÊGO | PMDB | PB |
| 180 | VICENTE CANDIDO | PT | SP |
| 181 | VICENTINHO | PT | SP |
| 182 | VINICIUS CARVALHO | PRB | SP |
| 183 | VITOR VALIM | PMDB | CE |
| 184 | WALDIR MARANHÃO | PP | MA |
| 185 | WALNEY ROCHA | PTB | RJ |
| 186 | WALTER ALVES | PMDB | RN |
| 187 | WALTER IHOSHI | PSD | SP |
| 188 | WELLINGTON ROBERTO | PR | PB |
| 189 | WEVERTON ROCHA | PDT | MA |
| 190 | WILLIAM WOO | PV | SP |
| 191 | WILSON FILHO | PTB | PB |
| 192 | WOLNEY QUEIROZ | PDT | PE |
| 193 | ZÉ GERALDO | PT | PA |
| 194 | ZÉ SILVA | SD | MG |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO**
.....

**Seção VIII
Do Processo Legislativo**
.....

**Subseção II
Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção III

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

CAPÍTULO III DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I Disposições Gerais

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade

jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e prestação no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; [*\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

d) na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; [*\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão; [*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

IV - previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)*](#)

VI - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

VII - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)*](#)

VIII-A - a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas *a*, *b*, *c* e *e* do inciso II; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XI - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XII - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XIII - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XIV - os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XV - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

.....

.....

| |
|-------------------------|
| FIM DO DOCUMENTO |
|-------------------------|